

**ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL:
FOLHA DE SÃO PAULO E O “PROBLEMA DO MENOR” (1980 - 1990)**

Mateus Vieira de Souza ¹, Silvia Maria Fávero Arend ²

¹ Acadêmico do Curso de História/FAED – bolsista PROBIC/UDESC.

² Orientadora, Departamento de História/FAED – smfarend@gmail.com

Palavras-chave: Infância. Imprensa. Direitos.

Essa pesquisa tem por objetivo analisar o discurso enunciado pelo jornal *Folha de São Paulo* entre 1980 e 1990 acerca da infância brasileira percebida como carente e/ou infratora. Dentre o montante de jornais produzidos no Brasil na década de 1980, a *Folha de São Paulo* destacou-se seja porque tornou a infância brasileira parte de sua agenda jornalística, seja porque incorporou o “problema do menor” em um discurso que colocava em cena a obtenção de direitos pela população brasileira. De maneira geral, o discurso jornalístico presente no periódico procurava superar o caráter regional/municipal na produção de notícias, bem como promover debates que dessem conta do nacional. No que tange ao universo infanto-juvenil, a *Folha de São Paulo* foi responsável por grande parte das principais denúncias efetuadas no período em relação à violação de direitos em nível regional e nacional.

A quantidade de matérias jornalísticas produzidas pela *Folha* sobre a temática da infância brasileira na década de 1980 é muito grande. Na coleta dos documentos optou-se então por analisar preferencialmente os meses de fevereiro, março e outubro dos anos de 1980, 1982, 1984, 1986, 1988, 1990. A escolha desses meses deveu-se ao fato de fevereiro e março, tradicionalmente, fixarem o início do ano escolar no Brasil, e de que, em outubro, desde a década de 1920, se comemora o “dia da criança” no país. As matérias jornalísticas totalizaram mais de mil, sendo posteriormente segmentadas conforme as seguintes temáticas: assistência ao considerado carente, assistência ao considerado infrator, educação e publicidade.

A metodologia utilizada na análise das referidas matérias jornalísticas foi a análise de discurso sob a perspectiva teórica de Michel Foucault. As “vozes” de diferentes atores sociais referendavam as matérias jornalísticas com destaque para a dos Juízes de Menores, dos políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dos técnicos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor e de intelectuais ligados à Igreja Católica. A partir da análise das fontes documentais contatou-se que o discurso enunciado pelo periódico ao longo da década propunha “soluções” distintas para o denominado “problema do menor”. No final do regime autoritário, ou seja, entre 1980 e 1985, buscava-se resolver as demandas da população infanto-juvenil considerada carente e/ou infratora tendo em vista ainda as políticas sociais e as instituições vigentes desde 1964. Nessa perspectiva a rede assistencial pública e privada existente deveria alterar o foco de suas ações para os seguintes temas: as relações sociais que se davam no âmbito da família do infante, assim como em sua comunidade; garantir que a

criança, adolescente ou jovem pobre tivesse acesso à educação escolar; regulamentação das relações de trabalho infanto-juvenis; e possibilitar que os rapazes e as moças egressos das instituições geridas por particulares ou pelo Estado ingressassem no mercado de trabalho.

O discurso enunciado pela *Folha de São Paulo* no período subsequente, denominado por parte da historiografia brasileira de “redemocratização”, caracterizou-se por realizar uma crítica contundente à rede assistencial instalada no país desde o início da ditadura civil-militar para a população infanto-juvenil considerada carente e/ou infratora. A referida crítica caminhava sobretudo em quatro direções: a necessidade de modificar a legislação existente no Brasil para os infantes (Código de Menores de 1979); a criança, o adolescente ou o jovem deveria permanecer junto de sua família consanguínea inclusive em situação de pobreza; a extinção dos grandes abrigos existentes para os considerados carentes; e a necessidade de se realizar ações de caráter educacional na comunidade em que as pessoas viviam.

Por fim, compreende-se que o discurso jornalístico contribuiu para a gênese de processos que alteraram os destinos de uma parcela da população infanto-juvenil percebida como carente e/ou infratora no período vindouro. Por um lado, diferentes setores da sociedade brasileira levaram a cabo a tarefa de instituir uma nova legislação e, por outro, tivemos o desabrigamento de uma grande quantidade de pessoas que passaram a circular pelas ruas das cidades.

Os resultados da investigação foram apresentados em eventos de caráter científico, bem como geraram a produção de artigos científicos que foram publicados em revistas nacionais e internacionais e anais de eventos.